



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

L I D O  
Em 24/9/13  
Assessoria do Plenário

**REQUERIMENTO Nº RQ 2786 /2013**  
**(Do Sr. Deputado Chico Vigilante)**

DATA RESERVADA NA AGENDA  
GERAL DE EVENTOS 02/10/13  
HORA: 10h LOCAL: PL  
Publ 11579-44  
23/9/2013

**Requer a realização de audiência pública para o dia 02 de outubro de 2013 para debater sobre a lei nº 4.636 de 23 de agosto de 2011.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Nos termos dos arts. 85 e 239 a 241 do Regimento Interno, requero a realização de audiência pública no plenário desta Casa, para debater sobre a lei nº 4.636 de 23 de agosto de 2011, em 02 de outubro de 2013, às 10 horas, no plenário desta Casa..

### JUSTIFICAÇÃO

Sector Protocolo Legislativo  
RQ Nº 2786/2013  
Folha Nº 01-uf

A lei nº 4.636 de 23 de agosto de 2011 institui mecanismo de controle do patrimônio público do Distrito Federal, dispondo sobre provisões de encargos trabalhistas a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, no âmbito dos Poderes Públicos do Distrito Federal.

A referida lei, proveniente do Projeto de Lei nº 218/2011, de minha autoria, tem por objetivo combater a inadimplência dos direitos dos trabalhadores terceirizados. A intensa prática da terceirização gera problemas pela utilização indiscriminada de contratos de terceirização por parte de administradores públicos, para a cooptação de mão-de-obra em atividades finalísticas dos órgãos, burlando a garantia do concurso público. Ainda durante o contrato, as empresas contratadas deixavam de pagar os direitos laborais devidos por lei a seus empregados, abandonando os trabalhadores a própria sorte. A entidade pública se via obrigada a pagar esses direitos, dessa forma pagava-se duas vezes pelo mesmo serviço: primeiro, ao efetuar o pagamento das faturas à empresa; segundo, ao quitar na Justiça, os direitos por ela inadimplidos.

A lei cria condições para impedir o descumprimento de direitos trabalhistas já assegurados, e ainda, condições que reforçam o dever de zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservam o patrimônio público. Esta norma, representa um avanço significativo nas práticas administrativas que buscam a garantia do interesse pública e do bem comum.

Diante do exposto, em defesa dos trabalhadores terceirizados do Distrito Federal e em defesa do patrimônio, solicito o apoio de todos os Parlamentares para a realização dessa audiência pública.

ASSISTENTE DE PLANO 24-09-2013 11:57

14121 amma

Sala das sessões, em 18 de setembro de 2013.

Setor Protocolo Legislativo

RQ Nº 2786/2013

Folha Nº 02-uf

  
**Deputado Chico Vigilante**

  
**Deputada Arlete Sampaio**

**Deputado Agaciel Maia**

**Deputado Aylton Gomes**

**Deputado Benedito Domingos**

**Deputada Celina Leão**

**Deputado Chico Leite**

**Deputado Cláudio Abrantes**

**Deputado Christiano Araújo**

**Deputado Dr. Michel**

**Deputada Eliana Pedrosa**

**Deputado Evandro Garla**

**Deputado Israel Batista**

**Deputado Joe Valle**

**Deputada Liliane Roriz**

  
**Deputada Luzia de Paula**

**Deputado Olair Francisco**

**Deputado Patrício**

**Deputado Raad Massouh**

**Deputado Robério Negreiros**

**Deputado Rôney Nemer**

**Deputado Washington Mesquita**

**Deputado Wasny de Roure**

**Deputado Wellington Luiz**




**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
PRESIDÊNCIA  
Assessoria de Plenário e Distribuição

---

Ao Protocolo Legislativo para indexação e, em seguida, à Assessoria de Plenário e Distribuição para inclusão em ordem do dia.

Em, 25/09/2013

  
**ITAMAR PINHEIRO LIMA**  
Chefe da Assessoria  
Mat.10.694

Sector Protocolo Legislativo  
RG N° 2786/2013  
Folha N° 03-up